

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras quer competição por refinaria	2
Título: Siderurgia vê risco com custo-Brasil e sem selo de origem.....	4
Título: Serra lança novo projeto para mudar lei do pré-sal	6
Título: Argentina começa a exportar petróleo de xisto de Vaca Muerta.....	8
Título: Minério de ferro sobe 63% no semestre	10
Título: Curtas	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	12
Título: Fatos versus percepções.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Gás para a indústria é o mais caro desde 2012	15
Título: Marcelo Odebrecht acusa empresa de mentir em acordo.....	17
Título: Petroquímica não comenta e diz que fatos foram apurados	20
VEÍCULO: O Globo	21
Título: Brumadinho: CPI vai pedir indiciamento de 14	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras quer competição por refinaria**

A Petrobras abriu o leque de potenciais compradores para suas oito refinarias colocadas à venda e que respondem por 50% do parque de refino da companhia. De acordo com os "teasers" (alertas de venda) das quatro refinarias que compõem a primeira etapa do plano de desinvestimentos em refino, lançados na sexta-feira, poderão participar do processo tanto empresas do setor petrolífero, incluindo tradings, quanto investidores financeiros.

A medida é uma característica da nova modelagem de venda de refinarias controladas pela estatal, considerada mais ousada e ambiciosa que a versão anterior, divulgada no ano passado, ainda na gestão de Pedro Parente, e que não chegou a sair do papel.

No novo plano de desinvestimentos em refino, além de possibilitar a participação de tradings, o que não era permitido na versão anterior, prevê agora a venda integral das oito refinarias. O plano anterior previa apenas a venda de 60% de quatro refinarias, em dois grupos, um na região Nordeste e outro no Sul.

Segundo o diretor de Relação Institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy, a abertura do mercado de refino vai gerar mais eficiência à companhia. "Não tem sentido econômico manter essa estrutura tão robusta no refino", afirmou o executivo, que participou de evento promovido pela FGV, na sexta-feira.

O diretor disse que a Petrobras trabalha para vender ativos de refino ainda neste ano, mas que tudo dependerá do ritmo dos processos de desinvestimento. As refinarias serão vendidas separadamente. A transferência do monopólio para o setor privado, "seria inadmissível", acrescentou.

Na última semana, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que pretende realizar a venda de pelo menos uma refinaria ainda neste ano.

Para o ex-ministro de Minas e Energia e atualmente deputado federal Fernando Coelho Filho (DEM-PE), o plano de desinvestimento em refino da Petrobras não deve atrair o interesse de grandes petroleiras internacionais. Na opinião dele, os

principais interessados no negócio serão distribuidoras de combustíveis e operadores de refino.

"Não serão as petroleiras que vão comprar [as refinarias]. Tenho conversado com todas as grandes [petroleiras]. Todo mundo tem capacidade ociosa de refino no mundo. E todo mundo tem medo da política de preços [dos combustíveis] do Brasil", disse Coelho Filho.

Segundo ele, a atual política de preços da Petrobras está aderente ao mercado, mas não há garantias de que esse cenário permaneça daqui a quatro ou oito anos.

Outro ponto destacado pelo deputado é que, para a venda ser bem-sucedida, a Petrobras tem que entender que o comprador pode ter uma percepção de valor sobre o ativo menor que o estimado pela estatal. Segundo ele, a maioria das refinarias da companhia é antiga. "Se [a Petrobras] tiver condição de admitir que [a refinaria] tem um valor para a Petrobras e outro completamente diferente para outro 'player', acho que existe condição de [a venda] acontecer", completou.

Na primeira fase do programa, a Petrobras ofertará as seguintes refinarias: Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul; e Landulpho Alves (RLAM), na Bahia. A etapa seguinte, cujos "teasers" deverão ser divulgados ainda neste ano, incluirá as seguintes refinarias: Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; Isaac Sabbá (Reman); Unidade de Industrialização de Xisto (SIX), no Paraná; e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará.

Podem participar do processo empresas do setor de óleo e gás, com receita anual, em 2018, acima de US\$ 3 bilhões, e que possuem e operem ativos de produção, refino, transporte, logística, comércio, trading ou distribuição de petróleo e/ou seus derivados. Também podem participar investidores financeiros ou grupos econômicos com pelos menos US\$ 1 bilhão em ativos sob gestão ou controle.

Os interessados terão até 16 de agosto para manifestar o interesse e receber os documentos necessários: o acordo de confidencialidade e a declaração de conformidade. Em 15 de julho, está previsto o início da distribuição do chamado "confidential information memorandum". O prazo para executar os acordos e acessar o "memorandum" é 27 de setembro.

A estatal contratou o Citi para a assessoria financeira do processo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Siderurgia vê risco com custo-Brasil e sem selo de origem

A indústria siderúrgica brasileira, que tem um parque produtor de mais de 50 milhões de toneladas de aço bruto ao ano e enfrenta ociosidade de 33% na capacidade instalada devido à crise econômica interna e ao excesso de oferta mundial, avalia que o acordo anunciado na sexta-feira entre os dois blocos comerciais não será bom para o setor no Brasil. Essa é a posição do Instituto Aço Brasil, que reúne empresas no país.

"Nosso setor tem hoje uma alíquota de importação média de 12% que, ao final do período de transição, será zerada. Essa alíquota já representa hoje uma proteção negativa, uma vez que as assimetrias sistêmicas [do país, em relação a outros competidores] são extremamente mais altas", afirmou ao **Valor** o presidente executivo da entidade, Marco Polo de Mello Lopes. "Apenas em tributos acumulados, juros e encargos trabalhistas a soma monta 17% do preço de venda", diz.

"De forma pragmática, a siderurgia brasileira não ganha absolutamente nada com o acordo", afirmou Lopes, acrescentando que o setor perde a preferência em relação ao bloco Mercosul e ainda corre o risco de ter material de países fora do bloco da União Europeia entrando no mercado por meio de empresas da região travestido de material local.

Diante da euforia com o acordo, que depende de aprovação dos congressos de cada país dos dois blocos e pode levar de dois a três anos para começar a ser implantado, Lopes observa que "o acordo sobre a ótica de país, ou de bloco, é positivo. "A agricultura, como sempre, é o maior beneficiado porque passa a ter acesso a um mercado fechado". Ao contrário da indústria, acrescenta.

O executivo aponta uma questão que considera fundamental para evitar uma enxurrada de aço da Rússia e Ucrânia travestido de produto da UE. Grandes produtores de material semiacabado, como placas, eles poderiam, no jogo comercial, ter seu aço transformado em produtos laminados em siderúrgicas dos países da UE e serem exportados para o Brasil e demais países do bloco com o selo de aço da União Europeia.

"Espero que as autoridades brasileiras que negociaram o acordo tenham exigido do outro lado a aprovação da chamada cláusula de origem", afirmou, dizendo

não ter tido acesso aos termos do acordo. Ele explica que o aço bruto (placa e tarugo), utilizado para os produtos siderúrgicos exportados para o Mercosul, principalmente o Brasil, tem que ser vazado em usinas dos países da UE. "Alertamos sobre isso".

"A nossa posição é que as assimetrias competitivas, o chamado custo Brasil, têm que ser corrigidas o quanto antes para que possamos ter competitividade nessa guerra de mercado", afirma Lopes. "Qualquer abertura sem corrigir assimetrias só agrava a situação da siderurgia, que já enfrenta mercado deprimido."

Lopes ressalta ainda outro ponto: as salvaguardas anticomércio desleal. "Nas Américas, somente o Brasil não tomou nenhuma medida. Os EUA, o Canadá e o México impuseram regras protetivas". Nesse cenário de disputa aberto pelo presidente americano Donald Trump, que mirou a China e atingiu muitos países, inclusive Brasil, UE, países da África e da Ásia também adotaram medidas e elevaram tarifas.

"As exportações de aço da China para América Latina subiram 28% de junho a dezembro de 2018, ao mesmo tempo que caíram 5% no resto do mundo", informa Lopes. A China, diz é o principal país-alvo em medidas de defesa comercial - 153 ações no ranking dos dez mais atingidos. Turquia, Ucrânia e Rússia também integram esse grupo.

Hoje, diz, há excesso global de capacidade de oferta de 545 milhões de toneladas. Na Europa, 52 milhões de toneladas. Nos países da CIS (Comunidade de Estados Independentes), que inclui Rússia e Ucrânia, quase o dobro disso.

A União Europeia é o terceiro maior mercado para o aço brasileiro, atrás de Estados Unidos e América Latina. No entanto, grande parte (62%, em volume) do material embarcado para os 28 países do bloco é de aço semiacabado (produto de menor valor agregado). Já as importações do Brasil tem a UE como segundo maior fornecedor (em torno de 22%), depois da Ásia, que é liderada pela China.

Enquanto a maioria do aço que o Brasil envia aos clientes europeus é de menor valor agregado, o que entra da UE é predominantemente (mais de 80%) de produto de alto valor agregado (são laminados de aço plano, usados na indústria automotiva e de linha branca, e de aço longo, para usos industriais e na construção).

"Para ocuparmos nossas usinas, a economia do Brasil precisa crescer, 5% ao ano. Uma saída, enquanto isso, é a exportação", diz Sérgio Leite, presidente do conselho diretor do Aço Brasil. Ele diz que três pontos são fundamentais para

ocupar as usinas: retomar construção civil, infraestrutura e exportação.
"Estamos aptos a fazer mais 9 milhões de toneladas".

A previsão do Aço Brasil é que as vendas no país, com PIB conservador médio de 2,5% ao ano, só vão ter igual volume de 2013 em 2031.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Serra lança novo projeto para mudar lei do pré-sal

O regime de partilha, criado para ampliar os ganhos do governo na exploração das reservas do pré-sal, pode passar por outro ajuste se aprovado o projeto de lei (PL) em fase inicial de tramitação no Senado. Novamente, a mudança é patrocinada pelo senador José Serra (PSDB-SP), que já havia conseguido aprovar outro PL -sancionado por Michel Temer em 2016, livrou a Petrobras da obrigação de entrar em todos os consórcios como operadora e com participação mínima de 30%.

Desta vez, o senador apresentou projeto com outras duas mudanças importantes. Na primeira, o regime de concessão poderia ser usado eventualmente na contratação de áreas dentro do polígono do pré-sal. Na segunda, a Petrobras perde o direito de exercer a preferência por áreas do pré-sal a cada leilão. O PL 3.178/19 ainda está no primeiro estágio de análise, aguardando a escolha de relator na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

Hoje, a Petrobras diz ao governo, antes de cada leilão do pré-sal, se pretende impor a sua participação como sócia do consórcio vencedor. Se o novo PL passar, a companhia vai entrar na disputa como qualquer outra petroleira estrangeira interessada.

No caso do uso do regime de concessão para a oferta de áreas do pré-sal, isso feriria, em tese, a lógica de que a União deve se apropriar de boa parte da renda da produção de petróleo, por se tratar de grandes reservas com baixo risco exploratório e alto potencial de produção. Mas, na prática, verifica-se que existem campos com produtividade menor que o padrão.

Com isso, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) poderia indicar as áreas nessa condição para que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprove a contratação pelo regime de concessão. O PL 3.178/19 indica que essa decisão deve ser tomada na oferta de áreas "cujo potencial geológico não justifique social e economicamente a licitação no regime de partilha".

As equipes técnica e econômica do governo, segundo o **Valor** apurou, receberam bem a proposta de flexibilização do regime em si. Reconheceram que é uma boa oportunidade para impulsionar os investimentos das petroleiras estrangeiras na província do pré-sal, seja com o contrato de partilha, seja com o de concessão, sem depender da capacidade financeira da Petrobras.

Ao aumentar o interesse das estrangeiras com a flexibilização, os leilões poderiam inclusive trazer melhores resultados financeiros para o governo. Na disputa mais franca, sem atribuir à Petrobras uma condição especial, os contratos de partilha poderão render maior percentual de excedente em óleo à União - critério para definir o vencedor. Na oferta de áreas do pré-sal no modelo de concessão, a expectativa gira em torno do pagamento de valor de bônus, receita que talvez não existiria tão cedo se a licitação das áreas fosse por partilha.

Mesmo com as vantagens do PL, o governo deve trabalhar para segurar a tramitação do texto proposto por Serra ao longo de todo este ano, empurrando sua aprovação final para 2020. O principal problema é a possibilidade da aprovação do projeto pôr em risco o leilão do excedente, marcado para novembro. A avaliação é de que, se houver alteração na lei de partilha, a Petrobras poderia se sentir prejudicada no leilão e até voltar atrás no recém fechado acordo de revisão da cessão onerosa.

O acerto sobre a cessão onerosa é pré-condição para o megaleilão, que se baseia na oferta do volume excedente aos cinco bilhões de barris repassados à Petrobras, em 2010. Se o certame não ocorrer, o Tesouro teria frustrada a expectativa de arrecadar os R\$ 106 bilhões com o bônus que será cobrado das petroleiras vencedoras. O rombo nas contas públicas se agravaria ainda mais neste ano.

Na justificativa do projeto, Serra diz que a condição especial conferida à estatal precisa acabar. Para ele, no fim das contas, os ganhos são "apropriados, em grande parte, pelos acionistas da Petrobras, dos quais, destaque-se, mais da metade é constituída por particulares e um terço por estrangeiros". O argumento foi construído para rebater a antiga tese petista de que, com a preferência da estatal, o petróleo "continuará sendo 'nosso'".

Para o senador, não se trata de "hostilizar" o lucro da Petrobras. "O que é inaceitável é o lucro advindo de um privilégio estabelecido em lei", afirma no documento. Serra lembra que os ganhos com o excedente em óleo são destinados ao Fundo Social, onde 50% devem ir para a educação pública, com prioridade para a educação básica.

"Não se pode ter ilusão quanto a isto [...]. Os interesses da Petrobras e da União estão em lados opostos. É muito simples: quanto maior a parcela de uma, menor a da outra", afirma Serra, no documento.

Petrobras e ANP informaram que não comentam o assunto. **O Ministério de Minas e Energia** disse que analisa e acompanha a tramitação do PL e se coloca à disposição de Serra e do Congresso Nacional para debater a mudança na lei.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/07/2019

Seção: Internacional

Autor: Jonathan Gilbert | Bloomberg

Título: Argentina começa a exportar petróleo de xisto de Vaca Muerta

Ao longo da fronteira ocidental da Patagônia argentina, numa estepe árida encostada nos Andes, fica uma formação de xisto conhecida como Vaca Muerta. Desde que engenheiros confirmaram o que um geólogo americano suspeitava um século atrás - que a Vaca Muerta contém quantidades massivas de petróleo e gás - começou a corrida para repetir o boom americano do fracking - perfuração por fraturamento hidráulico.

Primeiro vieram a YPF, a gigante local do petróleo, e a Chevron. Depois, empresas como a Total e a Royal Dutch Shell. Elas investiram cerca de US\$ 13 bilhões em exploração nos últimos oito anos. Mas nenhuma teve muito o que mostrar com isso. Obstáculos se sucediam e a produção era marginal.

Até agora. Nas últimas semanas, duas empresas exportaram dois pequenos carregamentos da formação, um de petróleo leve e outro de gás natural liquefeito (GNL), prenunciando o que executivos do setor dizem que será um fluxo constante de embarques até o fim do ano. Ainda é muito cedo para cantar vitória - vários desafios de logística e econômicos continuam a existir. Mas é o primeiro sinal de que o dinheiro e tempo investidos podem realmente dar resultados, e devolver à Argentina o papel de exportador de energia que costumava ter há mais de uma década.

"Haverá a mudança de um sistema de importação de petróleo e produtos derivados para outro de exportação", disse Sean Rooney, presidente da Shell na Argentina. "E isso vai crescer com o passar do tempo. Serão algumas centenas de milhares de barris por dia."

A Shell anunciou em dezembro a ampliação das operações e, neste mês, a ExxonMobil assumiu um compromisso semelhante. A previsão agora é de que os embarques de petróleo leve da Argentina cheguem a 70 mil barris por dia no ano que vem.

Ainda há um longo caminho para se igualar - ou mesmo chegar próximo - à produção de xisto da Bacia Permiana, entre o Texas e o Novo México, nos EUA, que elevou os embarques de petróleo da costa do Golfo do México para 2,5 milhões de barris por dia. Obras de infraestrutura, incluindo estradas e dutos de coleta, não acompanham o avanço nas perfurações. Os produtores também querem que o governo argentino finalmente elimine as amarras à exportação. Isso significa eliminar o direito de primeira recusa das refinarias domésticas e cumprir a promessa de abandonar o imposto de exportação até o fim de 2020.

"Se os operadores do setor e o governo adotarem isto e derem apoio a políticas de energia para facilitar as exportações, teremos uma grande oportunidade pela frente", disse Miguel Galuccio, que liderou as primeiras incursões da YPF na Vaca Muerta e agora dirige a Vista Oil & Gas, que fez o recente carregamento de petróleo leve.

Os produtores também precisam levar a política em conta. A maioria gostaria de ver o pró-mercado presidente Mauricio Macri se reeleger em outubro, principalmente porque ele enfrenta uma acirrada disputa com chapa de oposição que tem o peronista Alberto Fernández como candidato à presidente e a ex-presidente Cristina Kirchner - cujos controles de capital assustaram os investidores estrangeiros - como vice.

Além do carregamento da Vista Oil & Gas, a YPF fez recentemente seu primeiro embarque de gás natural liquefeito de uma balsa que mantém ancorada na costa do Atlântico. No próximo trimestre, ela planeja mais embarques da balsa, que pode liquefazer até oito carregamentos por ano. Também há espaço para ampliar as vendas por gasoduto para os vizinhos Chile, Brasil e Uruguai.

Essas exportações de gás são soluções de curto prazo. Com a forte redução do consumo na Argentina nos meses mais quentes, os produtores domésticos precisam ter acesso a mercados muito maiores para compensar o investimento no gás de xisto. É por isso que eles já estão ponderando a construção de um terminal de GNL que pode custar US\$ 5 bilhões, seja na costa do Chile, no Pacífico, ou em um porto argentino no Atlântico.

"A chave para aproveitar nosso potencial é o terminal de GNL", disse Marcos Bulgheroni, executivo-chefe da Pan American Energy, este mês durante conferência sobre xisto na cidade de Neuquén. Em teoria, segundo Bulgheroni, Vaca Muerta precisa dos dois pontos costeiros de escoamento.

Se os planos de exportação avançarem rapidamente, a produção de GNL vai disparar e em 2024 a Argentina pode roubar dos EUA participação no mercado da Ásia, principalmente porque os navios petroleiros que partem de suas costas podem evitar o congestionado Canal do Panamá, segundo relatório da empresa de pesquisa sobre energia Wood Mackenzie.

Mas se a Argentina não conseguir conquistar uma fatia do mercado mundial de GNL nos próximos anos, é provável que os produtores revisem seus planos de perfuração. O país ainda é um importador desse combustível.

Quando a questão é o fornecimento de energia, o fator tempo é realmente essencial. Na conferência em Neuquén, Macri advertiu uma audiência de executivos do petróleo de que a tendência global de abandono do uso de combustíveis fósseis ameaça a valorização do xisto da Argentina.

"O pessoal do petróleo está despreocupado considerando que ainda há tempo", disse ele. "Mas você nunca sabe aonde a inovação pode nos levar. Portanto, precisamos aproveitar ao máximo o momento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes, Ivo Ribeiro e Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Minério de ferro sobe 63% no semestre

Ainda repercutindo a menor oferta global após o desastre da Vale em Brumadinho (MG), que afetou também outras minas da empresa, e problemas operacionais enfrentados pelas mineradoras australianas, os preços do minério de ferro renovaram recorde em junho e acumularam ganho de 63% no mercado transoceânico no primeiro semestre. Agora, a cotação à vista supera os US\$ 118 por tonelada, nível que não era visto desde abril de 2014.

A alta da commodity siderúrgica beneficia fortemente as produtoras de minério de ferro com operações no Brasil. Além da Vale, que compensa grande parte de suas perdas de vendas no ano, terão ganhos em seus resultados a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Anglo American e até Usiminas, que voltou a exportar boa parte do excedente que consome na usina Ipatinga. No exterior,

os preços na casa de US\$ 120 a tonelada favorecem as australianas Rio Tinto, BHP e Fortescue Metals, respectivamente segunda, terceira e quarta no ranking mundial, além da Anglo, que atua também na África do Sul.

Somente em junho, a valorização da commodity chega a 16,6% e os ganhos acentuados levantaram dúvidas entre os analistas quanto à continuidade dessa trajetória. Para o chefe de pesquisas do banco suíço Julius Baer, Carsten Menke, a restrição de oferta já foi precificada. "Embora o mercado de minério de ferro permaneça apertado e as incertezas relacionadas ao ambiente jurídico brasileiro [e eventuais novas medidas contra a Vale] sejam elevadas, acreditamos que isso já está refletido nos preços", disse o especialista, em nota a clientes na segunda-feira.

O Julius Baer reiterou a recomendação neutra para a commodity mas elevou de US\$ 85 para US\$ 95 por tonelada o preço-alvo em três meses. Para 12 meses, o preço-alvo foi mantido em US\$ 75 por tonelada, refletindo a expectativa de recuperação da produção no Brasil e de arrefecimento da demanda na China.

No início da semana, a commodity chegou a ensaiar correção, diante do receio de que as restrições impostas à produção de aço na cidade de Tangshan, principal polo siderúrgico da China, pudesse ter reflexos na demanda de matéria-prima. Contudo, prevaleceu a tese de que as siderúrgicas migrarão para produtos de maior qualidade, o que impulsionou os contratos futuros de minério com 62% e com 65% de pureza, com impacto também no mercado físico.

De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançou 0,4% na sexta-feira, para US\$ 118,47 por tonelada. Já o insumo com teor de 65% teve ganho de US\$ 0,60 ou 0,5%, para US\$ 128, 10 a tonelada.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos com entrega em setembro avançaram 2,1%, ou 17 yuans, para 838,50 yuans, influenciados pelo avanço do contrato de vergalhão de aço na Bolsa de Xangai, que chegou a 4.065 yuans (alta de 30 yuans).

O petróleo também acumula alta de 23,7% no semestre e 10% em junho. Na sexta-feira, o barril do Brent fechou a US\$ 66,72. O analista da XP Investimentos, Gabriel Francisco, no entanto, adverte que a cotação está longe da máxima para este ano, em que o barril do Brent chegou a US\$ 74,75 em 24 de abril. "Os preços estão melhores no mês em grande parte pelo esforço da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) para restringir a produção. Mas, a alta na produção de gás de xisto nos Estados Unidos é o contraponto às decisões da Opep", disse o analista.

Os países da Opep se reúnem hoje e devem manter o corte na produção para travar a queda do preço do barril. A Arábia Saudita deve pressionar para diminuir ainda mais as cotas de produção de cada integrante da organização. O acordo de cortes da Opep foi de 812 mil barris/dia

"Mas, há uma resistência principalmente da Rússia que não cumpriu a sua cota no primeiro semestre. Os russos avaliam que a perda de participação para os EUA deve ser considerada", disse Francisco. A expectativa é que a produção dos EUA aumente em 240 mil barris/dia no terceiro trimestre ante o segundo.

Walter De Vitto, analista setorial da Tendências Consultoria, acredita que na reunião da Opep os países membros devem aumentar o nível de corte para tentar chegar à cotação de US\$ 70 a US\$ 75 o barril. "Apesar da alta mensal, a média de junho está abaixo da média de maio, de US\$ 63,3 ante US\$ 70,5. A manutenção das cotas já está no preço para os próximos meses, por isso, acredito que a Opep será mais restritiva."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Licenças para Cteep

A Cteep obteve todas as licenças ambientais de instalação (LIs), expedidas pela Cetesb, referentes às subestações e linhas de transmissão associadas da Interligação Elétrica Aguapeí (IE Aguapeí). Agora, a construção pode ser iniciada e o prazo definido pela Aneel para a entrada em operação comercial é até agosto de 2021. Segundo a Cteep, a IE Aguapeí é o empreendimento em construção do lote 29 do leilão de transmissão realizado em abril de 2017, do qual a companhia detém 100%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/07/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Carlos Alberto Di Franco

Título: Fatos versus percepções

Jornalismo é a busca do essencial, sem adereços, adjetivos ou adornos. O jornalismo transformador é substantivo. Sua força não está na militância

ideológica ou partidária, mas no vigor persuasivo da verdade factual e na integridade da sua opinião. A credibilidade não é fruto de um momento. É o somatório de uma longa e transparente coerência. A ferramenta de trabalho dos jornalistas é a curiosidade. A dúvida. A interrogação. Há um ceticismo ético, base da boa reportagem investigativa. É a saudável desconfiança que se alimenta de uma paixão: o desejo dominante de descobrir e contar a verdade.

Outra coisa, bem diferente, é o jornalismo de suspeita. O profissional suspicaz não tem "olhos de ver". Produz muita espuma e pouca informação. Não admite que possam existir decência, retidão, bondade. Tudo passa por um crivo negativo que se traduz numa incapacidade crescente de elogiar o que deu certo. O jornalista não deve ser ingênuo. Mas não precisa ser cínico. Basta ser honrado, trabalhador, independente. O repórter, observador diário da corrupção e da miséria moral, não pode deixar que a alma envelheça. Convém renovar a rebeldia sonhadora do começo da carreira. Todos os dias. O coração do repórter deve pulsar em cada matéria.

A candura, num país marcado pela tradição da impunidade e da cultura cartorial, acaba sendo um desserviço à sociedade. É preciso desenvolver um autêntico jornalismo de buldogues. Impressiona-me, no entanto, o crescente espaço destinado às notícias negativas nos meios de comunicação. Os que estamos do lado de cá, os profissionais da mídia, carregamos nossas idiossincrasias. Sobressaem, entre elas, a cultura do contraponto e certo descaso com a normalidade. O rabo abana o cachorro. O mote, frequentemente alardeado para justificar o alarmismo de certas matérias, denota, no fundo, nossa crescente incapacidade de flagrar toda a riqueza do cotidiano. A vida é feita de luzes e sombras. Privilegiar as luzes é fazer jornalismo cor-de-rosa. Não serve para nada. Mas só destacar as sombras é sonegar parte substancial da verdade factual. Será que o Brasil está no bico do corvo? Será que a economia está a um passo do abismo?

Será que o momento atual é pior do que os anos marcados pela maior pilhagem do patrimônio público da nossa história? Nada como olhar para os fatos, e não para as recorrentes profecias dos economistas de plantão. Fui atrás do noticiário. Simples assim. Confesso que foi um árduo trabalho de garimpagem. Informações difíceis de encontrar, publicadas quase que com um pedido constrangido de desculpa, mostram uma realidade bem menos sombria. Vamos lá, amigo leitor. Mercado Livre vai investir R\$ 3 bilhões no Brasil em 2019 e abre centro em Cajamar, São Paulo. Investimento 50% maior do que o do ano passado será usado para logística e serviços financeiros; operação em Cajamar melhorará entregas.

Brasil vence a China e recebe nova fábrica de motor. A Fiat- Chrysler vai instalar uma nova planta em seu complexo industrial de Betim, em Minas Gerais, para

começar a produzir motores turbo para o mercado nacional e para exportação. A nova linha de produção estava sendo disputada pelas fábricas do Brasil e da China. O presidente Jair Bolsonaro informou em sua conta no Twitter que o grupo anunciou investimentos de R\$ 16 bilhões no Brasil até 2024. Segundo ele, trata-se do "maior ciclo de investimento da história da empresa em nosso país". O presidente disse, ainda, que os investimentos devem gerar 16 mil novos empregos diretos e indiretos. Scania anuncia investimento de R\$ 1,4 bilhão em fábrica de caminhões em São Paulo. Montante será aplicado entre 2021 e 2024 em São Bernardo do Campo.

O Grupo Carrefour Brasil prevê investimentos de R\$ 2 bilhões no País e aposta em abertura de novas lojas. Segundo Noël Prioux, presidente do grupo, pelo menos 20 lojas do atacado serão abertas neste ano. O Grupo Boa Vista energia investe R\$ 1,64 bilhão em leilão para fornecimento energético de Roraima. De acordo com o **Ministério de Minas e energia**, com o leilão Roraima terá 42% de energia renovável e 43% de geração de gás com projetos híbridos inéditos de biocombustível e solar. Outro destaque é a menor participação do diesel no leilão, com contratação de apenas 15% da fonte, o que torna a matriz do Estado mais limpa e reduz o custo da energia que é paga por todos os brasileiros.

Honda investe R\$ 500 milhões na fábrica de motos de Manaus. Aportes serão aplicados até 2021 para modernizar e elevar a produtividade da planta. Momento de investir no Brasil é agora, afirma diretor-geral da Ambev. Independentemente do compasso de espera, "ciclo de crescimento recomeçou", diz Bernardo Paiva. Grupo dono da Air Europa vai abrir empresa aérea no Brasil. Anúncio foi feito pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, no Twitter. Será a primeira após a publicação da medida provisória que abre o setor aéreo ao capital estrangeiro.

Empresas do Japão querem investir no Brasil, diz embaixador. Na semana em que o presidente Jair Bolsonaro isentou os japoneses da exigência do visto de turismo e de negócios, o embaixador do Japão no Brasil, Akira Yamada, disse que aumentou o número de executivos japoneses interessados em vir para o Brasil conhecer os projetos e investir no País.

Neste Brasil sacudido por uma tremenda crise ética, alimentada pelo cinismo e pela mentira dos que deveriam dar exemplo de integridade, há, felizmente, uma ampla classe média sintonizada com valores e princípios que podem fazer a diferença. O que segura o Brasil é o cidadão comum. É o trabalho honrado e competente. É o empreendedorismo que consegue superar o terreno minado pela incompetência. É o empresário que toca o negócio e não dá propina. Sou otimista. Apesar de tudo. A espuma da desinformação não vencerá a força dos fatos e o vigor da informação de qualidade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 01/07/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Gás para a indústria é o mais caro desde 2012**

Escalada de preços afeta indústria e ainda não sofreu impacto da queda nas cotações internacionais do petróleo

Rio de Janeiro - O preço do gás natural para a indústria atingiu no primeiro trimestre o maior valor pelo menos desde 2012, quando o **MME (Ministério de Minas e Energia)** começou a compilar valores médios de venda do combustível pelas distribuidoras.

A escalada se intensificou nos últimos dois anos e vem afetando a atividade de setores dependentes do produto, que acompanham com expectativa os planos do governo para tentar reduzir os preços via quebra de monopólios no setor.

Segundo o MME, o gás natural vendido a indústrias com consumo médio (de 20 mil a 50 mil metros cúbicos por dia) custou R\$ 2,27 por metro cúbico no primeiro trimestre, alta de 32,8% acima da inflação em relação ao vigente em 2017.

A alta acompanha principalmente a variação do câmbio, que como ocorre na gasolina e no diesel, compõe a fórmula de preços da Petrobras para o gás, ao lado das cotações internacionais do petróleo.

Ao contrário desses combustíveis, porém, os reajustes são trimestrais e baseados na variação de trimestres anteriores —por isso ainda não houve repasse da queda das cotações internacionais nos últimos meses.

"Trazendo para real, [o preço praticado hoje pela Petrobras] é o mais caro da história", diz a gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan (Federação das Indústrias do Rio), Karine Fragozo. "Agente não tem isonomia para competir."

Entidades industriais reclamam que o cenário vem afetando a capacidade da indústria nacional para enfrentar a concorrência. O setor químico, por exemplo, coleciona em 2019 recordes negativos de ociosidade e importações.

Segundo a Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) a taxa de utilização do parque fabril do setor é hoje de 73%, a menor da história. "O nível adequado teria que ser entre 92% e 93%", diz a diretora de Economia e Estatística da entidade, Fátima Giovanna.

A ociosidade ocorre em um momento em que o mercado é atacado por importações que, hoje, respondem por 39% do consumo aparente, também um recorde. "Se o importado está entrando no mercado e a indústria nacional está com ociosidade, é um indicador claro de falta de competitividade", afirma Giovanna.

Ela diz que o alto custo levou o Brasil a parar de produzir metanol, mercado hoje atendido por importações, e afeta também a indústria de fertilizantes, outra com grande dependência do gás natural.

Em fevereiro, após anúncio de aumento de 33% da tarifa da distribuidora Comgás, a norueguesa Yara anunciou a possibilidade de fechar uma fábrica em Cubatão. Apropriada Petrobras já hibernou duas de suas fábricas e suspendeu a construção de outras três.

Em setores que não usam o gás como matéria-prima, mas como combustível, há estudos para a troca do produto por biomassa na geração de energia e vapor. É o caso da Sal Cisne, em Cabo Frio (RJ), que analisa um projeto de US\$ 40 mil (cerca de R\$ 160 mil) para usar madeira em suas caldeiras.

"A energia representa 25% a 30% do nosso custo. Qualquer alteração de preço tem impacto negativo grande", diz o diretor-corporativo da companhia, Luiz Césio Caetano.

Para enfrentar a alta de custos, a Sal Cisne cortou 15% de seus funcionários em 2018.

Para a indústria, o monopólio estatal do setor está por trás dos elevados preços. A Petrobras é dona de 77% do gás natural produzido no Brasil, mas abastece quase todo o mercado, já que seus parceiros preferem não vender a produção por falta de alternativa de escoamento.

Esse é um dos pontos que o governo pretende atacar com as medidas propostas para quebrar o monopólio. A proposta é elogiada pela indústria, mas o mercado não espera resultados no curto prazo, já que a competição depende de aumento da produção privada e acesso a gasodutos.

"Não acho que vai acontecer tão rapidamente. O mercado vai demorar a responder", diz a especialista em energia da CNI, Juliana Falcão.

O mercado cobra mais transparência na formação de preços de produção e distribuição de gás. Do lado da distribuição, o governo propõe a separação entre a comercialização e o uso dos dutos e o incentivo a consumidores livres.

Pela produção, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis sugere que a Petrobras abra mão de contratos de fornecimento em favor de outros produtores no país, deixando de comprar e repassar o produto de seus sócios.

Com o fim da política de descontos praticada até 2015, diz a agência, o gás nacional ficou mais caro que o boliviano e, hoje, é mais caro também do que o importado via navios.

"Um programa de liberação de gás se faz necessário uma vez que proporcionaria mais ofertas, aumentando a concorrência", diz, em nota técnica ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

A Petrobras diz que a precificação do gás segue práticas internacionais e que sua política tem mecanismos para suavizar as oscilações dos preços para os consumidores.

A empresa afirmou ainda que o preço final é composto por outras parcelas, como o custo de transporte, as tarifas de distribuição e os impostos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/07/2019

Seção: Poder

Autor: Mario Cesar Carvalho e Wálter Nunes

Título: Marcelo Odebrecht acusa empresa de mentir em acordo

Herdeiro diz que executivos, entre eles seu cunhado, omitiram atuação em crimes

São Paulo- Marcelo Odebrecht está furioso. Desta vez o alvo de suas investidas é a Braskem, petroquímica da qual a Odebrecht é sócia, acusada por ele de mentir, omitir e manipular os seus acordos de delação e de leniência para proteger executivos que não queriam aparecer como criminosos.

A acusação está em um conjunto de emails que Marcelo enviou para a Braskem nos últimos dois anos e que foram obtidos pela Folha.

A Braskem é a joia da cora da Odebrecht. Com 40 fábricas no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e México, a petroquímica criada em parceria com a Petrobras foi responsável por 80% das receitas do grupo Odebrecht no ano passado. Numa negociação para venda para um grupo holandês, a empresa foi avaliada em R\$ 41,5 bilhões.

Marcelo afirma que a Braskem errou ao falar em seu acordo de delação que os recursos entregues ao PT nas campanhas de 2010 e 2014, no valor total de R\$

150 milhões, eram provenientes de caixa dois. Segundo o executivo, houve doações legais e o chamado caixa três — quando uma empresa pede a um fornecedor para fazer a doação por ela.

Ele propõe que a Braskem corrija as informações que prestou nos acordos: "Acho importante retificar (até que se tenha o volume correto ainda a identificar de outros destinatários) que uma parte dos aproximadamente R\$ 150 milhões que é citado como tendo sido direcionados ao PT/governo federal, no contexto das campanhas presidenciais de 2010 e 2014, não foi caixa 2, e sim de doações oficiais ouvia terceiros (que tem sido chamada de caixa 3)", escreve Marcelo numa das mensagens.

A petroquímica omitiu, ainda segundo os emails de Marcelo, o pagamento de propina para dirigentes do MDB para que a empresa conseguisse comprar energia mais barata da Chesf (Centrais Hidrelétricas do Rio São Francisco, uma estatal de energia que os governos petistas entregaram aos emedebistas).

O ex-presidente da Odebrecht, que está em prisão domiciliar desde dezembro de 2017, após passar dois anos e meio preso em Curitiba, afirma nas mensagens que dois ex-dirigentes da Braskem manipularam os emails da petroquímica para que eles não aparecessem como criminosos.

Os executivos acusados são Newton de Souza, que era da Braskem e presidiu a Odebrecht quando Marcelo foi preso em 2015, e o advogado Maurício Ferro, que integrou a diretoria jurídica da Braskem e da Odebrecht e é casado com uma irmã de Marcelo, Mônica Bahia Odebrecht.

Marcelo diz numa das mensagens que tentou insistentemente ter acesso a emails da Braskem para ajudar a relatar irregularidades na empresa, mas não conseguia algumas mensagens porque o seu cunhado havia classificado elas como correspondência entre advogado e cliente, que são protegidas por sigilo.

Segundo o executivo, emails que tratavam de pagamento de suborno e outras ilegalidades foram incluídos entre os sigilosos para que Souza e Ferro não precisassem revelar os crimes que teriam cometido.

Ele diz que até o escritório de advocacia americano que costurou o acordo da Braskem com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, o Paul Hastings LLP, de Washington DC, ajudou Ferro na estratégia para esconder emails.

"Quanto aos emails do meu computador, fica agora evidente a tentativa deliberada por parte de pessoas que gozavam da minha mais inteira confiança para que eu não tivesse acesso ao conteúdo do meu computador", disse Marcelo.

A suposta estratégia de esconder os emails teria dado certo nos dois anos e meio em que Marcelo ficou preso.

Quando ele passou a cumprir prisão domiciliar e teve acesso ao seu computador, o ex-presidente da Odebrecht encontrou as mensagens que buscava.

Segundo relata num texto que faz parte do conjunto obtido pela Folha, ele já entregou às autoridades 2.000 mensagens que apontariam omissões, falsidades e manipulações nos acordos da Braskem.

Foi com essas mensagens que a Polícia Federal começou a apurar o que Marcelo chama de omissões da Braskem nos acordos.

Ferro e Souza passaram a ser investigados sob suspeita de corrupção pela compra de uma medida provisória que beneficiou grandes grupos, como a Braskem.

No meio da apuração, a Suíça enviou documentos mostrando que Maurício Ferro tem contas naquele país que não havia declarado às autoridades, uma das quais com saldo de US\$ 8 milhões, o equivalente a R\$ 30,6 milhões atualmente.

Foram descobertas seis contas, duas das quais em nome de um laranja, um amigo do advogado. Com o envio dos documentos suíços, ele passou a ser réu sob suspeita de outro crime além de corrupção: lavagem de dinheiro.

Investigações internas da Odebrecht apontam que Ferro teria recebido o equivalente a R\$ 150 milhões da companhia no exterior. A empresa trata esse montante como desvio. Ferro já disse que os recursos eram bônus.

Marcelo afirmou a executivos da Odebrecht que não age por vingança, mas por acreditar que acordos têm de ser levados a sério e que as empresas não podem esconder nada quando assumem o compromisso de delatar.

Ele disse também que não se conforma de ter que cumprir uma pena de dez anos (ele terá ainda mais cinco anos de regime aberto e de prestação de serviço social) enquanto outros executivos que teriam cometido crimes, e não aderiram ao acordo, não passaram um dia na prisão. Ele cita Souza e Ferro como integrantes desse grupo num dos emails.

"Estes executivos tiveram forte envolvimento e protagonismo em muitos dos fatos ilícitos que eu e, imagino, outros colaboradores estamos agora detalhando. Estes fatos vão desde as MPs [medidas provisórias] de interesse da Braskem, passando por temas da área de energia, dos pagamentos não contabilizados, até obstrução da Justiça", escreveu Marcelo.

"E não se trata apenas de ciência dos fatos — o que por si só já seria motivo de enorme preocupação dado as posições que estes executivos atualmente ocupam nas empresas da Odebrecht — mas de co-autoria de fato, ativa e relevante, nos ilícitos cometidos.

Algo cuja gravidade vai muito além do deletério exemplo que representam, ainda mais após os compromissos publicamente assumidos pela Odebrecht S. A e Braskem", completou na mensagem de 2018, quando Souza e Ferro ainda estavam na Odebrecht (eles deixaram a companhia em agosto daquele ano, quando a Justiça aceitou a denúncia no caso da medida provisória).

Marcelo culpa Souza e Ferro pelo atraso nas negociações do acordo e tem dito a executivos da Odebrecht que o cunhado foi o grande responsável pelos atritos que ele teve com o pai durante esse período de negociações.

Marcelo e Emílio Odebrecht chegaram a romper relações nessa fase. Marcelo avalia que foi uma estratégia de Ferro para evitar que os crimes que o cunhado cometera ficassem ocultos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/07/2019

Seção: Poder

Autor:

Título: Petroquímica não comenta e diz que fatos foram apurados

São Paulo- A Braskem não respondeu às perguntas sobre eventuais omissões, falsidades e manipulação nos acordos que assinou.

Em nota, a empresa afirma que o teor dos acordos foi "resultado de investigações internas independentes realizadas por escritórios americanos de primeira linha" e que foram acompanhadas por seu conselho de administração, Ministério Público Federal, pelo Departamento de Justiça americano e pelo Securities and Exchange Commission (equivalente no Brasil à CVM, Comissão de Valores Mobiliários).

"Todos os fatos apurados nessas investigações, inclusive por meio dos relatos originais dos colaboradores pessoas físicas, foram incorporados aos acordos", afirma.

Ainda segundo a empresa, os acordos foram homologados pela Justiça e ratificados pela AGU (Advocacia-Geral da União) e pela CGU (Controladoria Geral da União).

A Braskem diz que segue cooperando com as autoridades.

O advogado de Newton de Souza, Newton Pavan, nega que seu cliente tenha cometido qualquer crime.

"[Ele] não foi colaborador porque não cometeu crime algum e isso será provado na ação em curso. Nenhum relato dos 77 colaboradores descreveu fatos que o envolvessem."

"Nosso cliente nunca arguiu o sigilo da relação advogado-cliente para ocultar qualquer fato que o desabone, nem autorizou escritórios de advocacia a fazê-lo em seu nome."

Maurício Ferro e a Procuradoria-Geral da República não quiseram se pronunciar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/07/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Brumadinho: CPI vai pedir indiciamento de 14

Relatório final da comissão será apresentado amanhã no Senado e inclui executivos da Vale. Parecer também sugere a votação de projetos que tratam de crimes ambientais, segurança de barragens e tributação da exploração de minérios

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, será apresentado amanhã pelo senador Carlos Viana (PSD-MG). Ele vai pedir o indiciamento de 14 pessoas, entre elas, executivos da Vale.

A segunda parte do parecer vai sugerir a votação de três projetos que tratam de crimes ambientais, da segurança de barragens de rejeitos e da tributação da exploração de minérios no país. O fim das barragens de resíduos no prazo de dez anos e a definição do valor para o pagamento de indenizações também serão apontados no relatório, que tem votação prevista para o dia 9 de julho.

A barragem de Córrego do Feijão se rompeu em 25 de janeiro, deixando pelo menos 246 mortos e 24 desaparecidos. Algumas vítimas — que não foram afetadas diretamente pela lama, mas tiveram suas vidas abaladas pela tragédia ao verem seus negócios praticamente acabarem — seguem não reconhecidas pela Vale e pelo poder público.

Na última quarta-feira, a Delegacia de Meio Ambiente de Minas confirmou que houve detonação de explosivos na Mina Córrego do Feijão antes do

rompimento da barragem BI em janeiro. Não há, porém, evidência de que a explosão tenha levado a estrutura da Vale a desabar.

De acordo a polícia, os explosivos teriam sido detonados dentro da cava da mina, a 1,5km de distância da barreira de contenção de rejeitos de mineração. O objetivo dos investigadores, agora, é verificar se eles influenciaram no rompimento da barragem. Dois funcionários afirmam que a explosão aconteceu, mas divergem em relação ao horário: um diz que foi antes do rompimento; outro, depois.

Em nota, a Vale afirmou que não houve detonação de explosivos antes do rompimento da barragem e que detonações de explosivos são "inerentes à atividade minerária e as recomendações da empresa de auditoria eram conhecidas e consideradas pela área geotécnica na execução das atividades no complexo". (Com GI)

MME / ASCOM .